TARIFAÇO

Eduardo encontra Bessent

Depois de desmarcar com o ministro Haddad, da Fazenda, secretário do Tesouro dos EUA recebe o filho de Jair Bolsonaro

- » RAFAELA GONÇALVES
- » RAPHAEL PATI

deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) compartilhou, ontem, nas redes sociais, uma foto ao lado o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent. Segundo a publicação do parlamentar na rede social X, o encontro ocorreu no mesmo dia em que estava prevista uma reunião entre Bessent e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que acabou sendo cancelada.

O objetivo da reunião com Haddad era tentar articular um acordo para encerrar a cobrança da taxa de 50% sobre produtos brasileiros exportados para os EUA. No entanto, Bessent preferiu reunir--se com Eduardo. "É uma oportunidade única poder conversar sobre o Brasil e a América com alguém tão preparado", escreveu o parlamentar.

Ontem, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, respondeu à acusação do presidente cional. "O Brasil é bom parceiro



Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo foram recebidos por Scott Bessent na quarta-feira

dos Estados Unidos, Donald Trump, de que o Brasil seria um "mau parceiro" para o país norte--americano no comércio internae continua o diálogo e a negociação. O comércio exterior aproxima os povos e, por isso, o Brasil tem compromisso com o multilateralismo e com o livre comércio", disse

Alckmin na chegada a Iracemápolis (SP), onde participou da inauguração de uma fábrica da chinesa GWM, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao mesmo tempo em que reforçou a importância da relação de 201 anos entre Brasil e Estados Unidos, o vice-presidente comentou sobre a aproximação com a China, que instalou mais uma fábrica de automóveis em solo brasileiro. "O comércio exterior aproxima os povos, estabelece respeito e ganha eficiência", acrescentou.

Investigação comercial

O governo brasileiro tem até a próxima segunda-feira para apresentar defesa às acusações de práticas comerciais desleais feitas pelos Estados Unidos, no processo aberto em 15 de julho pelo Escritório do Representante Comercial (US-TR, na sigla em inglês). Na investigação, os norte-americanos acusam o Brasil de práticas desleais no comércio em seis frentes, que incluem críticas ao Pix, tarifas de importação, violações de propriedade intelectual — com menção direta à Rua 25 de Março —, além de questões relacionadas a etanol, corrupção e desmatamento.

A defesa brasileira deve ser protocolada no sistema eletrônico do USTR e foi elaborada por um grupo de trabalho do Itamaraty, com apoio de diplomatas e especialistas consultados para o caso. Empresas e entidades interessadas podem enviar contribuições ao processo até a próxima segunda-feira.

Ontem, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolou suas respostas técnicas. Na manifestação enviada, entidade apresentou dados e fundamentos legais para defender a conformidade e legalidade das políticas brasileiras em três desses pontos: tarifas preferenciais, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal. Os Estados Unidos são atualmente o terceiro principal destino das exportações agropecuárias brasileiras e considerados um parceiro estratégico para o setor.

A diretora de Relações Internacionais da CNA, Sueme Mori, afirmou que o agronegócio nacional está fortemente integrado ao comércio exterior, tanto na compra de insumos quanto na venda da produção. "O Brasil se tornou um grande exportador agrícola porque somos altamente produtivos e competitivos", disse.

CB DEBATE -

Desafios para regular a reforma tributária

» ALÍCIA BERNARDES*

Mesmo com os avanços em modernização tributária e inovação financeira, o país ainda enfrenta um cenário de alta carga de impostos, burocracia excessiva e insegurança jurídica que limitam a expansão

das empresas do ramo de comércio e serviços, além do futuro das fintech. Esta é a opinião de especialistas ouvidos pelo Correio.

Leonardo Miguel Severini, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad) e membro da União

Nacional de Entidades de Comércio e Serviços (Unesc), destacou os impactos da reforma tributária no setor de comércio e serviços e os desafios da fase de regulamentacão. "A tributação vai incidir basicamente sobre o consumo no destino, o que muda a forma como o comércio vai acontecer, principalmente em relação a benefícios e subsídios", explica Severini.

O tema será aprofundado no Correio Braziliense Summit - Reforma Tributária: Regulamentação

e competitividade no setor de comércio e serviços e o futuro das fintechs no novo cenário, que será realizado na próxima terça-feira, 19 de agosto, em Brasília. "Nossa expectativa é esclarecer principalmente o nosso associado, que é o pequeno e médio comerciante, porque nossas entidades representam de forma muito extensa e capilar o empresário do comércio e dos serviços", afirma o presidente da Abab, ao comentar o objetivo do evento.

Outro destaque, segundo

Severini, é o futuro das empresas de tecnologia financeira. "Vemos as fintechs como uma forma de democratizar o acesso a empréstimos e investimentos, fundamentais para o crescimento do comerciante e do prestador de serviços."

Para Ranieri Genari, advogado especialista em Direito Tributário, o peso e a complexidade do sistema tributário representam um obstáculo histórico. "A sobreposição de ICMS, ISS, PIS e Cofins encarece preços e eleva o custo de conformidade. Isso agrava o 'Custo Brasil, que engloba juros altos e burocracia regulatória sufocante", afirma. Genari também alerta que a digitalização e o crescimento do e-commerce expõem a necessidade de ajustes legais urgentes. "O Brasil mantém regras fragmentadas e disputas fiscais entre estados, gerando insegurança e custos", opina. (Com RG)

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

